

Projeto indeniza Estado após perdas com o fim do Fundap

Comissão no Senado deve voltar hoje resolução que anula o fim do sistema de incentivos

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redegazeta.com.br

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) pode votar hoje a resolução que anula o fim do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap) e indeniza o Espírito Santo pelos prejuízos bilionários acumulados. Apresentado pelo senador Ricardo Ferraço e já com parecer favorável do relator José Medeiros (PSD-MT), o projeto cancela a votação do Senado que impeliu o sistema de in-

centivos nas atividades portuárias do Espírito Santo.

Segundo um primeiro depoimento de um executivo da Odebrecht, em acordo de delação premiada na Operação Lava Jato, por interesses de mercado a empreiteira pagou senadores para unificar as alíquotas interestaduais de ICMS incidente sobre mercadorias importadas nos Estados, gerando um rombo arrecadatário nas prefeituras e no governo capixabas a partir de 2013.

Ferraço está trabalhando para manter a resolução na pauta da CAE na reunião de hoje.

“Há uma denúncia gravíssima de um delator que afirma que propina

CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO



Porto de Vila Velha: fundo dava incentivos portuários

em favor da Odebrecht/Brasken, que seria beneficiária do fim do Fundap. São elementos para lá de suficientes, e eu já começo a trabalhar para entrar em pauta e abrir o debate. O parecer do senador José Medeiros é favorável, ele entendeu a dimensão e alcance de uma medida saneadora e moralizadora como essa”, frisa o senador capixaba.

Em paralelo, corre no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4858), da Assembleia Legislativa (Ales), pedindo a nulidade da resolução (nº 13 de 2012) que asfixiou as alíquotas do ICMS/Fundap. O relator é o ministro Edson Fachin.

Enquanto o assunto não vai ao plenário da Corte, a briga fica no Senado, onde a resolução de Ferraço é terminativa – não precisa passar pela Câmara. “Essa medida é o mínimo para sanear esse prejuízo. Se tivéssemos perdido no debate político seria uma coisa; agora, perder tendo como base e motivação o departamento de propina da Odebrecht para benefício de senadores é o fim da picada e inaceitável. Então, vou até as últimas consequências pela anulação dessa votação”, reitera.

Nos últimos cinco anos, o Senado e a Câmara discutiram a revisão do pacto federativo na forma de vários projetos, mas pouco se avançou devido à falta de consenso. No entanto, o que saiu do papel foi a reforma tributária fatiada a partir da unificação e equalização das alíquotas de ICMS de importação, que esgarçou o Fundap capixaba e impôs perdas milionárias ao Espírito Santo.